

[Diagnóstico do Ligue 180 indica que informação é decisiva para a denúncia](#)

(SPM, 22/09/2014) Planilhas divulgadas pelo Ligue 180 mostra pela primeira vez, um diagnóstico detalhando dos tipos de informações buscadas pelas pessoas que contatam o serviço. Essa análise é também a primeira que se faz desde a transformação do Ligue 180 em disque-denúncia.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Diagnóstico do Ligue 180 indica que informação é decisiva para a denúncia \(SPM, 22/09/2014\)](#)

[Como se proteger: 10 aplicativos e sites que combatem a violência contra a mulher](#)

(M de Mulher, 05/09/2014) Violência doméstica, psicológica e virtual, conheça 10 aplicativos para smartphones e sites para denunciar, compartilhar e combater a violência contra a mulher. Segundo dados publicados pela Organização das Nações Unidas, uma em cada dez mulheres já sofreu algum tipo de abuso até os 20 anos de idade, ou seja, cerca de 120 milhões de jovens em todo o mundo. Conhecer os mecanismos de defesa é importante para que as mulheres possam se proteger.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Como se proteger: 10 aplicativos e sites que combatem a violência contra a mulher \(M de Mulher, 05/09/2014\)](#)

[Oito anos da Lei Maria da Penha: mulheres estão mais confiantes para denunciar agressores](#)

(Sul21, 07/08/2014) Nesta quinta-feira (7), a Lei Maria da Penha completa oito anos de existência. A legislação é considerada um marco nas conquistas de direitos das mulheres e um passo importante no combate à violência doméstica no país, que vitimiza dez mulheres a cada dia, segundo o IBGE. A cada ano, mais de um milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica no Brasil.



A farmacêutica bioquímica Maria da Penha foi agredida pelo marido e inspirou o nome da lei (Foto: ABr)

A Lei 11.340, de 2006, recebeu o nome da mulher que se tornou símbolo de resistência após sofrer diversas agressões de seu ex-marido, que tentou matá-la duas vezes e em uma delas a deixou paraplégica. Ele passou dois anos na cadeia e ela atualmente se dedica ao combate à violência contra as mulheres.

O texto foi formulado a partir de uma proposta elaborada por diversas ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, Cfemea, Claden/IPÊ e Themis) e depois redigido por um grupo interministerial do governo federal, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e enviada ao Congresso Nacional.

Dentre as inovações da Lei, está a tipificação das formas de violência doméstica, divididas em física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O texto possibilita prisão preventiva quando houver riscos à integridade da mulher; torna obrigatório que o agressor compareça em programas de recuperação e reeducação; determina a criação de juzizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher; permite prender o agressor em flagrante; prevê ações de conscientização e prevenção à violência; entre outras medidas.

No Rio Grande do Sul, a implantação da Lei é feita por meio da Rede Lilás, que coordena ações com a participação de instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social. As ações acontecem a partir de Coordenadorias, Centros de Referência, Casas-abrigo e da Patrulha Maria da Penha, que atua fiscalizando o cumprimento da medida protetiva de urgência quando solicitada pelas vítimas de violência doméstica, fazendo visitas regulares à casa da vítima e prestando atendimento no pós-delito. Se necessário, também a encaminha para uma casa-abrigo e monitora o agressor.

Nesta terça-feira (5), o governo do Estado implantou a Patrulha em Santana do Livramento, a 16ª cidade a receber o serviço. A Patrulha também existe em Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Cruz Alta, Esteio, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (seis Patrulhas), Santa Cruz do Sul, Uruguaiana e Vacaria. No estado, são 24 centros de referência em 23 municípios, dos quais três estão em fase de instalação até o final de 2014.



Patrulha Maria da Penha em ação na Lomba do Pinheiro, em 2013 (Foto: Claudio Fachel/ Palácio Piratini)

Segundo os dados do Centro Estadual de Referência da Mulher “Vânia Araújo Machado” (CRMVAM), os índices de denúncia de violência aumentaram em torno de 300% nos últimos dois anos, o que para a coordenadora Maria do Carmo Bittencourt representa a grande publicização da Lei, da Rede Lilás e do telefone 0800 541 0803.

“Com os anos, foi reforçado que existe uma rede de proteção por elas, onde elas podem acessar a assessoria psicológica, apoio de assistentes sociais e assessoria jurídica, o que faz com que mulher chegue no sistema de justiça com mais poder, porque já chega sabendo dos seus direitos”, acredita.

A secretária de Políticas para as Mulheres do estado, Ariane Leitão, lembra que segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, 98% dos brasileiros e brasileiras conhece a Lei Maria da Penha, o que a torna a lei mais conhecida no Brasil. “A Lei Maria da Penha, junto com a inscrição da Secretaria de Política para Mulheres nacional, são os maiores avanços em direitos humanos para mulheres do último período o estado brasileiro. Cria um espaço institucional de aplicação das políticas para mulheres e então possibilita a criação da lei”, aponta.

Maria do Carmo ressalta que a própria lei prevê que os governo realizem constantes campanhas de conscientização contra a violência doméstica, para que mulheres percebam que “são sujeitos portadores de direitos e não têm que necessariamente aceitar a agressão, que não é uma coisa natural e não faz parte dos relacionamentos ser agredida, humilhada e mal tratada”.

Desafios a serem cumpridos



Patrulha Maria da Penha acompanha vítimas de violência (Foto: Claudio Fachel/ Palácio Piratini)

Para que a violência contra mulher seja efetivamente combatida no estado, Maria do Carmo defende a criação de organismos do tipo em todos os municípios, com delegacias especializadas e centros de referência para mulheres. “A ideia é que mulheres realmente necessitam espaço delas e isso é dentro dos centros de referência. Um dos grandes trabalhos que fazemos é fazer assessoria com prefeituras para que entendam necessidade de ter centro de atendimento às mulheres”, ponderou, apontando que quando essas medidas são implantadas, parece que o número de casos aumenta num primeiro momento, mas na verdade as mulheres denunciam mais pois “passam a acreditar na resolução”.

Ariane observa que a lei é “extremamente revolucionária”, tratando também de relações homoafetivas e passando por diversas áreas do Direito. No entanto, ela aponta que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário precisam lembrar da importância de destinar recursos para que o que está previsto possa ser cumprido. “O texto é muito bom, mas o que faz ser eficaz ou não é o comportamento social, compromisso que os poderes têm em dar eficácia para essa lei. Se a lei foi criada, existia uma demanda social, e nós confirmamos todo dia que ela é necessária”, destaca.

O poder Judiciário ainda tem “dificuldades em entender a importância” de destinar recursos para a aplicação da lei, segundo ela. Apesar de terem sido criadas mais oito varas específicas de violência contra a mulher, na prática elas ainda não foram implementadas. “Tinha o número vergonhoso de uma vara no estado. Conquistamos mais, mas vamos ter que fazer com que implementem. E isso é reflexo da sociedade brasileira, que é machista”, resume.

Maria do Carmo reitera sua fala, afirmando que o que falta para que a Maria da Penha tenha maior êxito é “enfrentar a cultura machista em que a gente vive, em tudo existe essa separação por sexo e as mulheres estão sempre colocadas de uma forma inferior”. Apenas quando isso acontecer, a Lei poderá deixar de existir. “Enquanto as mulheres não tiverem sua cidadania plena, precisamos da Lei Maria da Penha. Ela é necessária, é uma ferramenta de garantia da liberdade das mulheres”, observa Ariane.

Evento comemora os 8 anos

A SPM realiza, nesta quinta-feira (7), o Seminário Estadual 8 anos da Lei Maria da Penha, para discutir a aplicação da lei, além de a relação com outras ferramentas de direitos das mulheres.

O Manual para o Uso Não-Sexista da Linguagem, que foi formulado pela própria Secretaria, também será debatido.

“O objetivo é comprometer todos os poderes em relação à aplicabilidade da lei e dar oportunidade para mulheres e homens que trabalham com a Lei Maria da Penha apresentarem quais dificuldades ainda existem, no que ainda precisamos avançar”, explica a secretária Ariane. Estarão presentes representantes de movimentos sociais, de delegacias e serviços especializados e de órgãos públicos.

**Com informações do Governo do Estado, do IBGE e do Conselho Nacional de Justiça*

Confira abaixo a programação completa:

Manhã

8:30- Inscrições

9:00 - Mesa de Abertura

9:30 - Painel “Cumprindo a Lei Maria da Penha: Políticas Públicas na perspectiva da Vida sem Violência”

Coordenação: Maria do Carmo Bittencourt - Coordenadora do Centro Estadual de Referência da Mulher “Vânia Araújo Machado” (CRMVAM)

Painelistas:

Secretária de Estado Ariane Leitão - SPM-RS

Juíza Dra. Ivortiz Marques Fernandes - Representante do Tribunal de Justiça

Dra. Rubia Abs - Coordenadora Nacional CLADEM

Promotor Dr João Pedro Xavier - Coordenador do CAOCRIM - Ministério Público Estadual

Dra. Miriane Tagliari- Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos - DPE

Inque Scheider Coordenadora Estadual de Mulheres da Fetag

Delegada Anita Klein - Coordenadora das DEAM's /SSP/RS

11:15 - Debate

12:00 - Encerramento

Tarde:

“Uso Não Sexista da Linguagem - O que bem se diz bem se entende”

14:00 - Mesa de Abertura:

Secretária de Estado Ariane Leitão - SPM-RS

Secretário Alessandro Barcellos - SARH/RS

Anita Kieling - Ex Assessora da SPM/RS e Coordenadora do GT que construiu o Manual para Uso não sexista da Linguagem

14:30 - Apresentação Cultural:

Mari Martinez and The Soulmates Acústico.

15:00 - Oficina “Desdobramentos e Transversalidade da Lei Maria da Penha: uso da linguagem não sexista, enquanto promotora da visibilidade das mulheres e desconstrução dos papéis estereotipados de gênero” (Lei federal 11.340/2006 - Art. 8º, III e VIII).

Coordenação: Mauren Pacheco - Chefe de Gabinete SPM/RS

Painelistas:

Leslie Campaner de Toledo - Especialista responsável pela organização, pesquisa e revisão do Manual para uso não sexista da linguagem.

Telia Negrão - Especialistas convidada para participar da organização do Manual

16:00- Debate

17:00- Considerações finais das painelistas

17:30 - Encerramento

Débora Fogliatto

Acesse no site de origem: [Oito anos da Lei Maria da Penha: mulheres estão mais confiantes para denunciar agressores \(Sul21, 07/08/2014\)](#)

Campanha pelas mulheres mostra o silêncio que machuca

(Exame, 04/08/2014) Campanha lançada pela ONG Instituto Maria da Penha mostra um dos aspectos mais dolorosos da violência contra a mulher: o silêncio. Os vídeos são inspirados pelo projeto artístico "Imagética", do fotógrafo Rogério Mesquita.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Campanha pelas mulheres mostra o silêncio que machuca \(Exame, 04/08/2014\)](#)

Comissão de Direitos Humanos aprova projeto que pode facilitar denúncia de violência contra a mulher

(Agência Senado, 16/07/2014) Segue para o Plenário do Senado projeto da CPI Mista da Violência contra a Mulher que atribui ao Executivo federal a operação de serviço de atendimento a vítimas desse tipo de violência. O texto (PLC 59/14) foi aprovado nesta quarta-feira (16) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Acesse a íntegra no portal Compromisso e Atitude: [Comissão de Direitos Humanos aprova projeto que pode facilitar denúncia de violência contra a mulher \(Agência Senado, 16/07/2014\)](#)

[Vítimas de abuso sexual abrem mão de privacidade para denunciar agressores na mídia](#)

(Marie Claire, 10/07/2014) Nos Estados Unidos, cada vez mais cresce o número de vítimas de abuso sexual que abrem mão do direito à privacidade para falarem sobre o crime publicamente. O caso mais recente foi de uma adolescente chamada Jada, de 16 anos, que deu entrevista a um canal de TV local.

A adolescente foi estuprada quando estava em uma festa na cidade de Houston, no Texas, depois que um colega de escola lhe oferecera uma bebida. Após beber, ela disse que perdeu a capacidade de se defender. Jada fora drogada.

A americana contou que a investigação sobre o crime somente começou depois que fotos do dia do crime, em que aparece desmaiada e nua, começaram a circular pelas redes sociais. Este foi um dos motivos que a levaram a falar sobre o assunto, já que seu direito à privacidade já não existia mais.

“Não há razão para me esconder. Todos já viram meu rosto e meu corpo, mas isso não é o que sou, nem quem sou”, disse.

Antes dela, outra jovem falou à rede de televisão CNN como sobreviveu a um estupro na escola onde estudava. Daisy Coleman, 16, deu a entrevista depois que o acusado pelo crime não foi indiciado pela polícia local.

Segundo a revista “New York Magazine”, as redes sociais estão mudando a forma como o abuso sexual é noticiado pela mídia. Antes, a polícia e a imprensa preservavam o nome das vítimas, porém, com o compartilhamento de fotos que as mostram em situação vulnerável, as mulheres querem falar e denunciar o crime pelos jornais, especialmente quando as investigações sobre os casos falham.

Acesse no site de origem: [Vítimas de abuso sexual abrem mão de privacidade para denunciar agressores na mídia \(Marie Claire, 10/07/2014\)](#)

[Medo de sofrer preconceito desencoraja vítima a denunciar \(R7 - 06/04/2014\)](#)

A maior parte das mulheres que sofrem estupro silencia, afirma o coordenador do Serviço de

Violência Sexual do hospital Pérola Byington, Jéferson Drezett. Ele estima que 80% das vítimas jamais chegam a comunicar a alguém o que aconteceu. Na avaliação do médico, o medo de sofrer preconceito é um dos fatores que desencorajam a busca por ajuda. O temor de ser abandonada pelo companheiro, situação comum, segundo Drezett, também ajuda a engrossar a subnotificação.

Acesse reportagem sobre o caso na íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Medo de sofrer preconceito desencoraja vítima a denunciar \(R7 - 06/04/2014\)](#)

[Programa Saia Justa discute violência sexual contra mulheres \(Saia Justa/GNT - 02/04/2014\)](#)

O programa recebe a a socióloga Wânia Pasinato para falar sobre a polêmica do metrô de São Paulo, dos casos de abuso no transporte público e da campanha contra o estupro, que mobilizou as redes sociais nos últimos dias.

Acesse o vídeo pelo Portal Compromisso e Atitude: [Programa Saia Justa discute violência sexual contra mulheres \(Saia Justa/GNT - 02/04/2014\)](#)